



2021PORTUGAL.EU
Dimensão Parlamentar

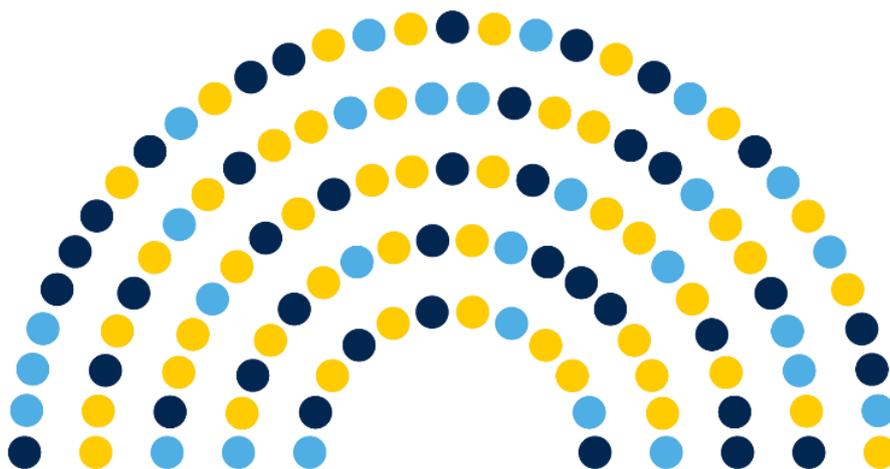
Nota de Enquadramento

Sessão II

A nova Política Agrícola Comum

Conferência sobre Desenvolvimento Rural, Agricultura e Coesão
Territorial

16 de junho de 2021



NOTA DE ENQUADRAMENTO

Sessão II

A Nova Política Agrícola Comum

O Pacto Ecológico Europeu estabelece metas ambiciosas para a adoção de práticas tendentes à mitigação das alterações climáticas no setor agrícola e na indústria alimentar. Estas, a par com o respeito pelos elevados padrões de qualidade e segurança alimentar que distinguem a produção agropecuária europeia no contexto global, concorrem para um aumento da pressão sobre o setor e acentuam as preocupações - já vertidas na anterior Política Agrícola Comum - quanto à rentabilidade da atividade agrícola, sublinhando a importância de uma transição justa e apostada na compensação de assimetrias regionais.

A Estratégia do Prado ao Prato (F2FS) e a Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 moldarão, de forma indelével, o panorama da produção agrícola e alimentar europeia, em função da redução substancial da utilização de pesticidas, fertilizantes e antibióticos, mas também, entre outras dimensões, na racionalização da utilização de recursos hídricos e na previsão de maior utilização de solos para agricultura biológica, ambas resultantes dos objetivos quantitativos em que se traduzem as metas de natureza climática a que acima se alude.

Todavia, o espaço europeu e, em particular, as regiões rurais apresentam ainda assimetrias assinaláveis – essencialmente de natureza socioeconómica, mas também de acesso a informação – que têm limitado a implementação de projetos tendentes à adoção de políticas de sustentabilidade como as referidas. A isto acresce o contexto da emergência de saúde pública mundial que presentemente atravessamos, que introduziu alterações significativas nas cadeias globais de distribuição de produtos, com prejuízo na rentabilidade da atividade agrícola. Ainda nesta sede, a necessidade de resposta a questões prementes resultantes do combate à pandemia e mitigação dos efeitos económicos da crise sanitária correspondeu à sua priorização face à eventual implementação de projetos estratégicos de longo prazo.

Assim, os dados recentes apontam para a difícil concretização destas metas de sustentabilidade no horizonte temporal convencionado. A reversão desta tendência

poderá assentar no robustecimento das provisões técnicas da PAC, nomeadamente das respetivas aos eco-regimes e daquelas atinentes ao reporte e monitorização do cumprimento dos objetivos da Política Agrícola Comum. Também uma abordagem holística à produção agroalimentar, que integre os temas dos circuitos de distribuição e a ótica do consumo, parece ser pedra de toque da discussão sobre o alinhamento da agricultura europeia com os desideratos de transição climática e sustentabilidade alimentar, social e económica.

A dimensão de sustentabilidade climática e ambiental que perpassa a nova Política Agrícola Comum é também fundamental para o desenho de políticas no âmbito do segundo pilar da PAC, concernente à política de desenvolvimento rural. Em particular, as oportunidades que a transição climática – a par com a transição digital – pode comportar para as zonas rurais e a adoção progressiva de uma filosofia *think local*, suportada em princípios de bioeconomia circular, podem ser tidas em conta no âmbito dos objetivos da nova PAC para o desenvolvimento rural e, bem-assim, dos planos estratégicos nacionais da PAC. A articulação entre uma renovada Agenda Rural – a desenhar no contexto da futura Visão de Longo Prazo para as Áreas Rurais e em superação da Declaração de Cork - e o delinear dos instrumentos de financiamento, governança e monitorização da Política Agrícola Comum parece ser elemento-chave no combate aos desafios económicos, demográficos, tecnológicos e geográficos das áreas rurais da Europa. Exige-se, assim, um exercício de compatibilização que optimize a afetação dos recursos disponíveis e, essencialmente, não deixe ninguém para trás.

É neste sentido que a Assembleia da República promove, no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, a Conferência sobre Desenvolvimento Rural, Agricultura e Coesão Territorial e, cuidando esta Sessão II do debate quanto ao leque de respostas às necessidades das zonas rurais preconizado pela nova Política Agrícola Comum, no difícil equilíbrio entre as exigências de uma transição justa, o equilíbrio intergeracional e uma produção alimentar progressivamente *eco-friendly* e de altos padrões de qualidade e segurança.

Possíveis questões para debate:

- Como podem os instrumentos da Política Agrícola Comum fomentar a aceleração de um desenvolvimento rural mais verde e menos assimétrico?
- Como pode a reforma dos circuitos de distribuição, a par com a adoção de princípios de bioeconomia circular, contribuir decisivamente para o reforço da resiliência social e económica das regiões rurais?
- Como reforçar o combate ao abandono rural através dos instrumentos da Política Agrícola Comum?

